ISSN: 2358-8829

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO COMO FORMA DE TRABALHAR A INCLUSÃO E A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ailton Clemente da Silva [1]
Valéria Clemente da Silva [2]
Cleide Maria de Melo dos Santos [3]
Tamires Zuleide da conceição [4]
Severina Tatiane Tenório [5]
Rauã Bezerra da Silva [6]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva se fundamenta nos princípios da igualdade e diferença, e nela situa-se a oferta de uma educação de qualidade a todos os estudantes independente de suas especificidades e características, de forma que lhes sejam garantidos o acesso e a permanência na escola (BRASIL, 2008).

Nos últimos tempos, especialmente a partir da década de 90, notoriamente, muitos debates se consolidam em torno da Educação Inclusiva. A mesma evoca um redimensionamento educacional que entre outros aspectos, assume o compromisso com a diversidade envolvendo reconhecimento e respeito as diferenças. Mesmo com as mudanças de paradigmas educacionais ocorridas ao longo da história, no que se refere a inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar e social muitos são os desafios e, portanto, vale pensar na importância de se estabelecer relações eficazes que possa favorecer atendimento igualitário a todos (GOMES; CATÃO; SOARES, 2015).

[1] Graduando do Curso de Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal – IFPE, ailtonclemente1995@gmail.com;
[2] Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco - UPE, valeriaclemente1991@gmail.com
[3] Graduando do Curso de Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal – IFPE, santosmello105@gmail.com;
[4] Graduando do Curso de Educação Especial Inclusiva do Instituto Federal – IFPE, tamireszuleide@gmail.com;
[5] Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acarau - UVA, tenoriotatiane0@gmail.com;
[6] Mestre pelo Programa PGMTR Ciências dos Materiais pela - UFPE, rauasilvaq@gmail.com.

Conforme preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a educação é um direito que deve ser assegurado pelo sistema educacional numa perspectiva inclusiva em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida com a intenção de alcançar o máximo desenvolvimento possível das habilidades, físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art. 27). A referida lei traz orientações referentes as ações a serem desenvolvida nos espaços educacionais e direcionamentos para cada público com deficiência.

No contexto educacional de alunos com deficiência na educação Básica nos últimos anos, o cenário, tem sido bastante discutido, a nível nacional e internacional. No Brasil, o acesso a universidades e a permanência na educação destes alunos, são de fato, uma questão social de extrema relevância, relevada no Art.5 da Constituição Federal de 1988, na qual garante a educação como um direito de todos. No entanto, o acesso à educação superior, ainda, não é visto na expressão de direito de todos. Mas, não significa que os alunos com deficiência não tenham a possibilidade real de acesso.

A educação não está presa aos limites de um espaço formal e institucionalizado, está posta para além dos limites da escola, sendo socialmente responsável pela formação dos indivíduos, especialmente a acessibilidade aos conhecimentos acumulados ao longo dos anos (REIS; LIMA; CANTANHEDE, 2017). É compreendida como um método que possibilita que o ser humano cresça intelectualmente e desenvolva habilidades diversas no ambiente escolar, é um exercício político, visto que, direciona nas escolhas de diversas formas pedagógicas que possibilitam a mudança quanto à conservação social (LIMA, 2004).

Desta forma, com a chegada dos estudantes com deficiência nas instituições da Educação básica, exige que as mesmas atuem de forma integral e a pensar em ações concretas que venham garantir a sua acessibilidade e permanência. No caso da Escola de Referencia em Ensino Médio Manoel Gonçalves de Lima, algumas experiências, criada em 2025 e 2026, com a atuação dos Profissionais de apoio permite a garantia de permanência do aluno com alguma especificidade e que vem sendo reconhecida pelos avanços educacionais, de alguns dos alunos apoiados por esses profissionais. Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo socializar as vivências, a partir das ações dos profissionais com os estudantes da Educação Básica assistidos pelos profissionais na Escola do Estado.

No Brasil, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei de nº 9.394, de 1996, em seus capítulos III e V, vem tratar sobre o dever do Estado em relação a garantia do atendimento educacional especializado (AEE) que deverá, conforme a referida lei ser ofertado gratuitamente aos "educandos com necessidades especiais", para isto, "serão necessários serviços de apoio especializado para atender às necessidades específicas de cada aluno" (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação, decênio de 2014 – 2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 2014, vem estabelecer entre diversas diretrizes, por meio de metas à serem alcançadas, com foco em questões que trata da superação das desigualdades educacionais, formas de discriminação, respeito aos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade socioambiental, como forma de garantir o acesso e a permanência do aluno com deficiência na escola inclusiva. (BRASIL, 2014).

Portanto a função social da Educação Básica implica em produzir conhecimento, de forma a promover o desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e do próprio homem enquanto indivíduo na sociedade. A pesquisa, nesse contexto, é uma atividade de investigação, avaliação crítica e de criação, sempre referenciada nos problemas e dificuldades do meio social. A alma da vida Educacional é constituída pela pesquisa, como princípio científico e educativo, ou seja, como estratégia de geração de conhecimento e de promoção da cidadania, desta forma a pesquisa é fundamental num contexto educacional (DEMO,1993).

Embora existindo um conjunto de marcos legal bastantes expressivo, seja no âmbito nacional e/ou internacional, tratando sobre a garantia do acesso e da permanência do estudante com deficiência na educação básica/superior, este tem sido um grande desafio para as instituições públicas. Com isso, se faz necessário a implementação de mudanças em suas políticas institucionais, havendo as quebras de barreiras, desde as barreiras atitudinais, barreiras estruturais até o contexto pedagógico com aparecimento de programas e projetos específicos, para além de recursos e apoios individualizados ao Ecd1 (Estudante com deficiência), no sentido da facilitação do desenvolvimento da aprendizagem como forma de garantia de permanência (SANTANA, 2016).

Em sendo assim, o acesso e a permanência do ECD na Educação Básica deverão constituir meta a ser alcançada por todas as Instituições Públicas, com base na garantia de direito a educação, no sentido democrático da educação defendido por Chauí (2003) ao afirmar que as Instituições deverão se colocar contra a exclusão social e privatização

dos conhecimentos, promovendo o acesso de todos a uma educação Básica pública e de qualidade. Neste caso, a Escola de Referencia em Ensino Médio Manoel Gonçalves de Lima, tem atuado no sentido de garantir tanto o acesso destes estudantes, como também proporcionado a permanência dos educandos na rede.

METODOLOGIA

O Profissional de apoio implementado pelo Estado e as GREs, vem desenvolvendo uma proposta de atuar diretamente com os alunos com deficiência tanto locomotora, auditiva, visual, intelectual como também transtorno, que tem como principal objetivo criar práticas que possibilitem a inclusão e a permanência dos Ecd's na Educação Básica. Possibilitando que esses alunos venham a ganhar autonomia em sala de aula, bem como melhorias nos seus aspectos cognitivos e locomotor. Entre outras atribuições elencadas para atuação do Profissional de apoio, as ações para garantir a permanência, tornam-se o ponto crucial para o trabalho a ser desenvolvido junto ao estudante apoiado.

A presente experiência tem como foco um aluno do 2º ano do Ensino Médio que tem em seu diagnóstico um perfil de pessoa com Síndrome de Down , caracterizado como sendo uma Síndrome que provoca diferentes níveis de atraso no desenvolvimento cognitivo, o mesmo apresenta dificuldade na fala, leitura e escrita, como também apresenta dificuldade para concentração.

Para o atendimento individual, ou seja, o acompanhamento com o Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ocorre durante o turno de aula, visto que os Alunos do Ensino Médio estudam de forma Integral. O profissional de apoio atua com os alunos na sala de aula, nas aulas práticas, aulas de campo. Especialmente na sala de aula, onde o aluno esteja frequentando as aulas em determinado dia.

Recorre-se ao uso de metodologias alternativas e participativas, por parte do aluno, para uma melhor compreensão e facilitando a assimilação dos conteúdos, utilizando de diversos recursos didáticos, a exemplo de imagens, notebook onde é um recurso alternativo de extrema relevância. E outros objetos que facilitem a assimilação do conteúdo. Também é utilizado, em comum acordo com os professores e na responsabilidade da AEE, o uso de material impresso que são disponibilizados por alguns professores para uma revisão do assunto dado, resumos produzidos para atender a necessidade do aluno e materiais didáticos.

Entre as diversas atividades, algumas merecem destaques pelo resultado positivo apresentado, nomeadamente, a ajuda na preparação e confecção de materiais para que o Ecd possa apresentar e participar das atividades propostas em sala de aula de forma ativa, nos ensaios para apresentação dos seminários, ajudas na resolução de exercícios passados pelos professores, participação em sala de aula junto com o aluno para entender as dificuldades nos conteúdos, e ajudar o aluno a interagir com seus colegas.

As atividades aplicadas são pensadas, a partir dos diversos documentos legais que orientam em relação à atuação, frente ao estudante com deficiência, a exemplo do Decreto n º 3.298/99 (BRASIL, 1999) no qual vem tratar sobre as adaptações que devem ser oferecidas pela educação Básica, sendo de caráter obrigatório o auxílio a todos que tenham necessidades específicas. Outro importante documento que merece destaque e que temos como referência é o Decreto nº 5.296/2004 que traz em sua emenda o direito a instrumentos, equipamentos ou tecnologias adaptadas para favorecer a autonomia no processo de aprendizagem dos Ecd's.

Por meio de todos esses apoios, atualmente, o aluno tem melhorado seu desempenho nas notas, além do crescimento emocional e o empoderamento na luta pelos direitos dos Ecd's da Educação Básica.

Com o intenso trabalho de divulgação e apoio dado pela Escola, GRE e Estado e a presença do Profissional de Apoio em sala de aula, alguns professores passaram a modificar suas estratégias de ensino e avaliação, diferenciando e adaptando alguns recursos de modo que possam ajudá-la no processo de ensino-aprendizagem, embora reconhecendo que são necessárias algumas adaptações, que serão discutidas entre apoiador, Professor do AEE e docentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em meio atuação desses profissionais, é notório que já ás mudanças positivas na vida Educacional e pessoal do estudante, bem como do próprio profissional, pois é um exercício de troca, uma via de mão-dupla, onde existe ampliação de conhecimentos, desenvolvimento pessoal, construção de um saber crítico e reflexivo; além da melhora das notas em avaliações, sejam por meio das demais atividades realizadas pelos docentes, dentro do processo de ensino aprendizagem.

O estudante continua matriculado e frequentando as aulas sendo aprovado em todas as disciplinas e com bom desempenho escolar. A atuação desses profissionais possibilita aos estudantes apoiados uma melhoria em suas atuações escolares e isso nos traz uma certeza de que estamos no caminho certo. Sabemos que não é uma jornada fácil, é uma jornada bastante árdua, mas não há melhor sensação que os frutos e sorrisos trazidos, a partir destes trabalhos realizados.

Para um Ecd progredir em todos os aspectos educacionais é necessário dar-lhe apoio emocional e pedagógico, no entanto, ter conhecimento sobre suas limitações, sentir que não está sozinho, discutir quanto aos seus direitos, isso muda tudo. Só assim, fazemos valer o paradigma de uma educação inclusiva, e permanente, ou seja, unindo as diferenças, fazendo a diferença e se complementando nas mais distintas ações.

O que nos faz acreditar que o estímulo dado sistematicamente, o apoio de alguns professores e o desejo do aluno, faz com que ele passe, a cada etapa, se desenvolver nos variados aspectos, levando-nos a perceber que o estudante com diagnostico de síndrome de Down tem um grande potencial, e que por meio das ações, por meio do Profissional de Apoio, foi visível o crescimento do estudante e dos demais alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, este estudo nos leva a refletir que a educação inclusiva é uma realidade indiscutível, e os docentes devem se mobilizar, cada vez mais, quanto a algumas medidas que devem ser tomadas, como mudanças e adequações nas estratégias de ensino, diferentes formas de avaliação, para que não prejudique o Ecd., reconhecendo desta forma, seus limites e respeitando seus direitos.

Além disto, destaca-se a importância do apoio pedagógico e emocional para um aluno com deficiência na Educação Básica, e isto implica justamente na garantia do acesso de sua permanência à universidade. Assim, podemos reconhecer o grande papel do Profissional de Apoio e os Professores de Atendimento Educacional Especializado.

As Instituições precisam pensar efetivamente em políticas institucionais que venham favorecer diretamente os Ecds e que o caminho da permanência e, em especial exigirá a atuação de todos os envolvidos na ação educacional, em especial os docentes. Assim, será necessário o trabalho efetivo da equipe da Educação Especial Inclusiva nas

orientações e implementações de propostas que venham dirimir os problemas enfrentados pelos estudantes com deficiência na Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva, Educação Básica, Profissional de Apoio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Decreto n° 2.306, de 19 de agosto de 1997. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.Regulamenta as Lei nos 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, considera a necessidade de assegurar alunos com deficiência físicas e sensoriais condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 nov. 2003.

BRASIL. Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

BRASIL. Decreto n° 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 dez. 2004.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. 2001. Disponível em:. Acesso em: 12 de agosto. 2019.

BRASIL, Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Regulamenta as Lei nos 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto no 2.306, de 19 de agosto de 1997, considera a necessidade de assegurar deficientes físicos e sensoriais condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 12, Seção 1, 11 nov. 2003.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.24, pp.5-14, 2003. Disponível em: . Acesso em: 28 de julho. 2026.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Paris: UNESCO, 1994.

LACERDA, C. B. . et al. O trabalho pedagógico com alunos surdos centrado em projetos interdisciplinares. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.26, ns.51 e 52, p.32-55, jan./dez. 2020.

LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: Brasil, Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília. 2004.

SANTANA, M. Zélia de, FERNANDES, GOMES, Dispositivos legais: educação superior e inclusão da pessoa com deficiência (Pcd) no Brasil. In: XI Colóquio sobre questões curriculares; VII Colóquio Luso-Brasileiro e I Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares. Braga: Portugal, 2014, p. 609 -615.

SANTANA, M. Z. de. Políticas Públicas De Educação Inclusiva Voltada Para Estudante Com Deficiência Na Educação Superior: O Caso Da Universidade Federal Da Paraíba (UFPB).

2016. p. 250. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco 2016. [Orientador: Prof. Dr. Alfredo Macedo Gomes].